

Jornal da Tarde

24/5/1985

OS BÓIAS-FRIAS

Vítimas da fome e das manobras políticas

Há um ano a pequena cidade de Guariba saiu de seu anonimato no interior de São Paulo para as primeiras páginas dos jornais e os horários nobres das emissoras de televisão. A revolta dos bóias-frias explodiu em incidentes violentos, que resultaram na morte de uma pessoa. Uma triste publicidade, que marcou o início de um período agitado no campo, com greves pipocando pelas principais regiões produtoras do Estado. O acordo de Guariba é considerado um marco nas conquistas dos trabalhadores volantes, este personagem até então pouco conhecido e que novamente volta aos noticiários com a greve dos cortadores de cana e apanhadores de laranja.

É praticamente impossível dizer quantias eles são. O Instituto do Açúcar e do Alcool calcula que 3,3 milhões de trabalhadores rurais sobrevivem de trabalhos temporários. Um número modesto frente aos sete milhões constantes das estatísticas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a maioria concentrada em São Paulo, Paraná e Pernambuco. Uma soma de fatores — monocultura, pequeno crescimento do setor agrícola, modernização e concentração de terras em poucas mãos. Estatuto do Trabalhador Rural, entre outros — fez com que os trabalhadores assalariados no campo aumentaram de 5,3 milhões em 65, para 7,8 milhões em 72, um crescimento de 47%.

Entre 65 e 72, a redução de pequenas propriedades atingiu perto de 300 mil trabalhadores rurais, 350 mil parcerias desapareceram e o número de arrendamentos diminuiu em 100 mil, segundo os censos agropecuários de 1970 e 1975. Entre 70 e 80, os assalariados no campo param de 23,6% para 35,8% do total da força de trabalho, enquanto o serviço temporário, sem incorporar os direitos trabalhistas, passou de 8,6% em 70/75 para 11% entre 75/80. O censo demográfico de 1980 mostrou que 31,2% dos assalariados rurais tinham uma jornada de trabalho de 49 horas semanais, enquanto 17% não tinham rendimentos, 49% recebiam menos de um salário mínimo e 34%, pouco mais disso.

A perda da capacidade

O dia de um bóia-fria começa por volta das 4 horas da manhã. Homens, mulheres e crianças se preparam para pegar o caminhão, entre 5 e 6 horas que os levará para os canaviais, laranjais, ou para as extensas culturas de café, algodão. Antes do trabalho, um "reforço" na alimentação: as marmitas com arroz, macarrão, um pouco de feijão, quando os preços permitem, um ovo. Raramente um volante consegue comer um pedaço de carne. Às 11 horas o almoço, o que sobrou da refeição fria, que deu nome a este trabalhador e que deve sustenta-lo até o final da jornada, por volta das 18 horas.

A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo constatou que o bóia-fria da região perdeu um quarto de sua capacidade de trabalho, comparado com o trabalhador rural que mora em fazendas, basicamente em decorrência da subnutrição. O pesquisador indiano Indrajit Desai, da Universidade British Columbia, do Canadá, descobriu que os filhos dos trabalhadores volantes apresentam menor desenvolvimento físico e mental e redução da capacidade física.

E foi a fome que acabou motivando os conflitos de Guariba, segundo a visão do prefeito desta pequena cidade de 25 mil habitantes, Evandro Vitorino; e outros ingredientes se somaram para tornar a situação explosiva: a decisão das usinas de aumentar o corte de cana de cinco para sete ruas e os aumentos nas taxas de água da Sabesp. Aproximadamente cinco mil bóias-frias

incendiaram um supermercado e um prédio da Sabesp, deixando a cidade sem luz e sem água.

Os apanhadores de laranja aderiram à greve. Depois de dias de tensão, o acordo saiu. Com ele, o salário médio dos cortadores de cana passou de Cr\$ 60 mil mensais — o mínimo, na época, era de Cr\$ 97.176 — para cerca de Cr\$ 200 mil. Os apanhadores de laranja conseguiram aumentar o preço da caixa colhida de Cr\$ 60 para Cr\$ 210.

O acordo de Guariba viria dar ao trabalhador alguns direitos já alcançados pela maioria dos assalariados, como remuneração pelos dias em que a colheita não é possível por força de condições climáticas, o pagamento do 13º, de suas ferramentas de trabalho, o transporte gratuito, o descanso remunerado, o registro em carteira.

E é a falta de emprego que torna a situação tensa nesta época, mesmo nas regiões mais produtivas do Estado, como Ribeirão Preto, que em 75 tinha 300 mil hectares ocupados com a lavoura de cana, e possuía 650 mil hectares o ano passado. A região é responsável por 20% do álcool produzido no País e por 35,8% dos 112 milhões de toneladas de cana. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), dos 112,3 milhões de pés de laranja cultivados em 83/84, 52,7 estão em Ribeirão Preto. Segundo as usinas da população rural de 285 mil habitantes da região, 30 mil pessoas trabalham nos canaviais e 2.000 ficam desempregadas na entressafra. Mas a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) afirma que 150 mil trabalhadores rurais são envolvidos na cultura da cana, dos quais 40 mil ficam sem trabalho por quase seis meses.

As divergências não ficam só nos números. Usineiros e o governo afirmam que a agitação verificada no campo é resultado do trabalho de “elementos estranhos, infiltrados entre os trabalhadores”. Uma afirmação rebatida pelos sindicalistas. Mas o fato é que uma disputa entre a CUT, ligada ao Partido dos Trabalhadores, e a Conclat, ao PMDB, pelo controle dos movimentos grevistas, vai se tornando cada vez mais acirrada. Os usineiros acusam também a Igreja, através da Pastoral da Terra, de estar por trás dos movimentos reivindicatórios.

A situação dos bóias-frias continua sendo uma das piores entre os assalariados. As crianças abandonam a escola por volta dos 11 anos, para ajudar no trabalho e aumentar a renda familiar. A comida é pouca e de má qualidade, porque a inflação consome os aumentos. Poucos têm onde morar e o transporte continua precário — com acidentes seguidos — porque a fiscalização praticamente não existe. Mas “não há saída”, contou Petronilho Manoel dos Santos, 42 anos, bóia-fria em Arandu, São Paulo:

— Fazer o quê? A gente não tem outro trabalho. Ou nos conformamos ou partimos para a revolta, que às vezes também não adianta. J.S.

(Página 11)